

GREVE NACIONAL 19 Janeiro

2 anos sobre a publicação do ECD do ME

Os professores exigem:

- Suspensão da "Avaliação do ME"
- Uma revisão do ECD que:
 - . elimine a divisão da carreira docente
 - . substitua o modelo de avaliação e elimine as quotas
 - . acabe com a espúria prova de ingresso
 - . estabeleça horários pedagogicamente adequados
 - . torne mais estável a profissão de professor



PLATAFORMA SINDICAL DOS PROFESSORES

JORNADA NACIONAL de Reflexão e de Luta 13 DE JANEIRO/09

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Revisão do Estatuto da Carreira Docente e suspensão do modelo de Avaliação do Desempenho:

- **Discussão sobre os aspectos mais negativos do ECD** (divisão da carreira em duas categorias, avaliação do desempenho — designadamente as propostas alternativas ao modelo do ME, prova de ingresso na profissão e instabilidade de emprego, horários de trabalho...) **que estarão em revisão.**

2. Greve Nacional de 19 de Janeiro

Acções a realizar, de âmbito local, junto das populações

3. Propostas de acção futura a concretizar no âmbito da escola ou agrupamento e no plano nacional. Aprovação de tomadas de posição

Guião para discussão nas escolas



PLATAFORMA SINDICAL DOS PROFESSORES

Justificação da Falta: ao abrigo da Lei Sindical, sem quaisquer consequências profissionais. Contam apenas para efeitos estatísticos. A comunicação prévia foi já feita pelos Sindicatos.

Introdução

A luta que os professores e educadores portugueses vêm travando nos últimos meses está centrada, no que se refere aos seus objectivos mais determinantes, em 3 pontos:

- Suspende este iníquo modelo de avaliação do desempenho docente que a cega teimosia do ME e do Governo insistem em impor aos professores portugueses
- Acabar com a inqualificável fractura da carreira docente, dirigida a dividir a profissão e a simular que uns profissionais são diferentes dos outros sem o serem de facto
- Abolir definitivamente os inaceitáveis conceitos de mérito só para alguns, por encomenda, e que mais não visam que filtrar a progressão na carreira, no único intento de poupar uns dinheiros em troca da mais completa falta de estímulos ao bom desempenho profissional que se espera de todos.

Estes 3 objectivos, sendo considerados centrais pela Plataforma Sindical que vem dirigindo a luta dos professores, obviamente não esgotam e não reflectem toda a ofensiva desencadeada de há mais de 3 anos para cá pela equipa dirigida pela Ministra da Educação e que põem em causa, de uma forma já iniludível, a dignidade profissional de toda uma classe.

Os professores já entenderam com clareza que o que está em causa é o seu próprio espaço de afirmação profissional, a sua autonomia, a sua identidade própria, a sua inquestionável disponibilidade para gerir processos de ensino-aprendizagem cada vez mais exigentes mas não menos

importantes do que sempre foram, em qualquer lugar do mundo em que se entenda a educação como um investimento para o progresso das sociedades.

Os professores entenderam e assimilaram o conteúdo central da resposta que são chamados a dar a esta violenta ofensiva e, por isso se pode dizer, com verdade, que hoje a luta está nas escolas, em cada local de trabalho, em todos os espaços em que a nossa dignidade profissional se veja confrontada com a imposição, a intolerância, a tentativa de subjugar profissionais dignos e competentes a ditames administrativos e prepotentes.

Por isso, qualquer que seja o caminho dos decretos, simplificados ou não, quaisquer que sejam as tentativas de intimidação, orais ou escritas, este modelo de avaliação do desempenho docente não irá para a frente. E não irá porque os professores assim o decidem, porque não o aceitam nem aceitarão, e, ao mesmo tempo que reafirmam a sua vontade em aceitar ser avaliados, recusam firmemente que isso aconteça com base neste execrável modelo, a que darão, com a sua determinação e a sua luta, o destino que merece – ser eliminado sem honra nem memória como uma excrescência da escola pública e democrática que todos defendemos.

Porém, este modelo de avaliação é uma parte significativa, conexa e determinante de um Estatuto de Carreira Docente também imposto aos professores sem o mais pequeno vislumbre de apoio sindical das organizações que os representam. Um estatuto que o ME foi forçado a rever mais cedo do que pensava, mas para cuja revisão parte com a mesma postura arrogante de sempre, declarando à partida onde se pode mexer e onde se queda inexpugnável o seu arbitrário reduto.

Os professores têm assim que

deixar claro que esta revisão não pode ter o mesmo sentido de “negociações” anteriores, que não se vai desenrolar entre uma parte forte e outra fraca, que os professores já suportaram (pela força da maioria absoluta) durante 3 anos e meio e que não estão dispostos a suportar mais do mesmo. Acabou. Há um tempo para tudo. E o tempo da imposição já passou.

Agora, ou o ME clarifica devidamente até onde está disposto a ir, que princípios irá colocar em mesa negocial, ou os sindicatos, interpretando o mais profundo da luta que os professores vêm desenvolvendo, dirão que não se deixam envolver em pretensas negociações destinadas a acabar como as restantes, ou seja, com o poder absoluto a impor o que pretende. Em democracia não há poderes absolutos. Em democracia respeita-se a diferença. Discute-se. Procura-se incorporar outros contributos nas decisões finais. Nada disto tem sido prática deste Governo. É tempo – há sempre um tempo para tudo – de corrigir comportamentos.

Os professores têm que ser capazes de obrigar o Governo a ceder, a admitir que uma revisão deste ECD não pode ser feita sem retrocederem relativamente às suas principais premissas.

Na educação, para a educação, não é vantajosa a existência de duas “carreiras” docentes, não é vantajosa a existência de quotas que estrangulem o crescimento profissional, não é pensável tentar compaginar um trabalho pedagógico de excelência com horários de trabalho excessivos, sufocantes e limitadores da autonomia profissional docente, não é, de todo, exequível teimar num modelo de avaliação de desempenho docente que ninguém aceita. Corrijam-se estas posições e estaremos numa situação em que será possível negociar seriamente.

Registo de conclusões da reunião

Avaliação de desempenho este ano / Suspensão nas escolas	
A greve do dia 19 de Janeiro e a sua importância para o curso do processo negocial de revisão do ECD	
Conteúdos da negociação para a revisão do ECD	
Estratégia negocial	
Acção a desenvolver / Disponibilidade para a acção	
ENVIAR PARA O SINDICATO DA SUA ÁREA	